

CRISE, DEMOCRACIA RESTRITA E GOLPE DE 2016

CRISIS, RESTRICTED DEMOCRACY AND COUP OF 2016

Cláudia Maria Costa Gomes 1

Resumo: O presente artigo, resultado de pesquisa bibliográfica e documental, parte de uma análise dos grandes intérpretes da formação sócio histórica do Brasil, objetivando debater sua atualidade para a compreensão da atual crise socioeconômica e política do país com destaque para o golpe de 2016. O artigo enfoca as características da democracia restrita e as formas da dominação burguesa realizada no Brasil com o lulo-petismo. Conclui-se que a contrarrevolução preventiva como característica da formação social brasileira se impôs novamente com o impeachment de Rouseff, resultado não só das formas mais avançadas e orgânicas da conciliação de classes conduzida pelo lulo-petismo, mas do agravamento da crise e a urgência de continuidade das reformas neoliberais. O que é possível inferir que o golpe de 2016 abre uma fratura irreparável no ensaio democrático iniciado no Brasil em 1985.

Palavras-chave: Crise. Capitalismo Brasileiro. Estado. Democracia. Golpe de 2016.

Abstract: This article, result of bibliographic and documentary research, draws from an analysis of the great interpreters of Brazil's socio-historical formation, aiming to debate its actuality for the understanding of the current socio-economic and political crisis of the country with emphasis on the 2016 coup. The article focuses on the characteristics of restricted democracy and the forms of bourgeois domination carried out in Brazil with the lulo-petismo. It concludes that the preventive counter-revolution a characteristic of Brazilian social formation, has again imposed itself as the impeachment of Rouseff, a result not only of the more advanced and organic forms of class conciliation conducted by lulo-petismo, but also of the worsening of the crisis and the urgency of the continuity of neoliberal reforms. It is possible to infer that the coup of 2016 opens an irreparable fracture in the democratic trial begun in Brazil in 1985.

Keywords: Crisis. Brazilian Capitalism. State. Democracy. Coup of 2016.

Introdução

Retomamos aqui algumas ideias defendidas anteriormente (GOMES, 2018), tentando, a partir delas, dar alguns passos à frente, ainda que irresolutos, sobre a particularidade dos problemas estruturais do Estado capitalista brasileiro, os quais exige um aprofundamento maior sobre os estudos historiográficos da revolução burguesa no Brasil. Estudar o passado para que ele não se repita como farça encontra um sentido de urgência na compreensão dos movimentos dramáticos da recente conjuntura do país sob ameaça às liberdades democráticas, cada vez mais explícitos e declaradamente proclamados.

À vista disso, consideramos que a chave de leitura marxista do Brasil se apresenta como uma resposta ao tema da principal particularidade da formação social: a cultura restritiva e antidemocrática que conforma o projeto político da burguesia brasileira, cristalizada através do Estado, que tem se mostrado em todos os sentidos avesso a ideia de reformas sociais, o que contribuiu para que se criassem no país, instituições eminentemente carnavalescas que só servem para legitimar os cartolas em seu brutal domínio de classe.

É fato que a burguesia brasileira não carrega consigo um projeto soberano de desenvolvimento, isto é, um projeto de Nação. E mesmo com a institucionalização do Estado democrático de direito (a partir de 1985) o estilo patrimonialista é mantido e traduzido na condição de “Estado Cartorial” (HÉLIO JAGUARIBE, 1950) a qual expressa um capitalismo burocrático com políticas clientelistas, para garantir benesses, vantagens e lobbies específicos para certos indivíduos e grupos sociais, adornados por uma classe dominante limitada, que sempre manteve sob seu domínio e controle o poder do Estado, enquanto a maioria da população vive e é levada a mais brutal marginalização socioeconômica, política e cultural.

No artigo, partimos do pressuposto, de que as questões candentes e atuais ligadas à democracia representativa brasileira que culmina com o impeachment de Dilma Rousseff, ato contínuo, golpe de 2016 e todos os desdobramentos advindos da eleição do Presidente Bolsonaro em 2018, resultam da contradição entre a formação do capitalismo periférico brasileiro e as demandas democrático-burguesas de 1988, contra restadas pelo choque neoliberal produzido pelo lulo-petismo, que se cristalizaram por meio do Estado e das relações com as frações de classe no poder.

Tais contradições já se apresentam desde a campanha das Diretas Já em 1984, passando pelas articulações da pré-Constituinte em 1987, as quais produziu no País a formação de blocos suprapartidários, que a partir do governo Sarney (1985-90), ronda como um espectro na vida política nacional, demonstrando a um só tempo, as limitações e distorções da restauração democrática instituída pelo alto no interregno da transição ditatorial militar iniciada em 1973. Talvez essa situação histórica explique não apenas a real polarização e acomodação amorfa de posições políticas produzidas nos últimos anos no País com a estratégia democrático-popular conduzida pelo lulo-petismo, mas, sobretudo, a dificuldade de pensar um Brasil do ângulo de sua transformação e não de sua acomodação (GOMES; SOUZA, 2020).

Olhando hoje para o passado recente vemos que as lutas do momento da transição foram sistematicamente cooptadas, inseridas dentro do campo institucional, seja pelos espaços criados pelo Estado ampliado, seja pelas opções reformistas antirrevolucionárias assumidas por antigos comunistas, o que caracteriza o chamado “encapsulamento” das esquerdas. Mas esse processo não é uma película transparente auto-explicável. Foi conflituoso, contraditório, marcado pelas lutas de classes em suas distintas etapas (CALIL, 2016, p. 9).

É, portanto, para entender o presente que surge a necessidade imprescindível de examinar as lições da história e nela, observamos que as estratégias da burguesia para ascender ao poder do Estado, resultam no crescente e reiterado dismantelamento da organização dos

¹ “É justamente essa liberalização controlada, iniciada em 1973, que resultará, mais de uma década depois, no processo de democratização, também controlado, sobretudo inicialmente, pelos detentores do poder autoritário” (STEPAN, 1988, p. 12-13)

setores subalternos em um movimento passivizador. Por isso se torna imperativo retomar os estudos da dinâmica capitalista brasileira. As pistas dos grandes clássicos da formação social brasileira, nos colocaram diante da importância de observar que o País já no final dos anos 1970 havia se consolidado como capitalista moderno e integrado a dinâmica do capitalismo brasileiro e do imperialismo à época. Não cabe, nesse espaço, entrar no debate diverso das produções realizadas e pesquisas vastamente publicadas nesse campo temático, mas apontar alguns elementos de reflexão sobre a formação econômico-social brasileira, que no nosso entendimento é chave de explicação para o modelo de desenvolvimento desigual e combinado como problema histórico do País, subscrito e reiterado pelo caráter predatório do Estado burguês e das “relações arcaicas” de sempre (OLIVEIRA, 1997).

Interessa-nos destacar que a via à modernização democrática brasileira foi realizada através de seu atraso social, amplamente reproduzido para formas mais avançadas e sedimentares. Tais especificidades transcorre pela natureza da contrarrevolução burguesa no Brasil, a particularidade do “Estado Nação”, o caldo cultural disseminado pelas elites dominantes, a conformação das classes sociais em presença e a produção de consenso e coerção no exercício da hegemonia, que no nosso entendimento, aponta para uma perspectiva de análise Florestiana tomando como pressuposto a contrarrevolução preventiva, comandada pelo Estado burguês.

Tal conceito nos permite refletir sobre os problemas e limites da democracia a partir de uma análise sobre o caráter do Estado e sua relação com as classes, amalgamada entre a burocracia e o patrimonialismo, entre as classes médias e as oligarquias reacionárias, que aliado ao controle das classes subalternas e seu subversivismo frequente, incide na conformação de dirigentes incapazes de levar adiante programas de ação que expresse reivindicações democráticas legítimas e consequentes com os interesses antagônicos ao capital (ALIAGA, 2016). Sendo assim, pensamos que é exatamente na dificuldade de organização das classes subalternas que consiste o óbice a democracia, arraigado na formação do Estado burguês.

Portanto, a proposta deste trabalho consiste em demonstrar que a forma política democrática, que se construiu no Brasil, por meio da *ideologia da outorga*, há décadas se revela por meio de avanço e retrocesso; rupturas e continuidades da contrarrevolução preventiva permanente. Contradições do capitalismo brasileiro *sui generis* que de alguma maneira e no imaginário social hipotecaram a possibilidade e “o desejo de construção de um país mais igualitário” (CEVASCO, 2016), que parecia caminhar na última década, em uma direção social “civilizada” e com um projeto democrático popular inclusivo.

Por fim, o caráter do artigo é de notas exploratórias sobre temas complexos e controversos e que visam a somar a discussão dos debates expostos no Dossiê.

O caráter restrito da democracia brasileira

A análise de certo descompasso ou desenvolvimento desigual do Brasil combinado à dinâmica do capitalismo mundial, foi realizada por diversos autores, que identificaram o fenômeno, como resultado de um processo incipiente do próprio desenvolvimento do capitalismo periférico, que desde o predomínio colonial à dominação imperialista é perpassada pelos predicados de dependência na economia, na sociedade, na política e na cultura, os quais conferem a seus processos de desenvolvimento, uma forte marca de heteronomia e “modernização conservadora”, herdeiras da formação sócio histórica do subcontinente.

No livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, encontramos uma análise da revolução dentro da ordem, no sentido de que os sujeitos que atuaram socialmente na direção da ‘Independência’ e do próprio processo de implantação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, faziam parte da elite político-econômica nativa, subordinados e fortemente comprometidos com a Coroa, o que favoreceu a uma secessão quase pacífica “[...] contribuindo para manter o caráter de ‘revolução encapuçada’ de todo o processo” (FERNANDES, 1976, p. 32).

Também não é demais notar, que a República liberal se constituiu no Brasil numa sociedade escravocrata, fazendo com que a ausência de um povo, retardasse por décadas a democracia e a “necessidade histórica de forjar uma aliança entre a burguesia nacional e a classe

operária, cimentada pelo Estado, para enfrentar o imperialismo e os latifúndios, responsável pela espoliação das riquezas do país” (FAUSTO, 1989, p. 12), favorecendo, com isso o Estado nacional nascente ao patrocínio dos interesses e privilégios particulares dos estamentos.

Também a República, como a Independência, foi fruto de uma mudança ‘pelo alto’; foi pouco mais do que um golpe militar; as grandes massas, que continuavam desorganizadas, não participam de sua proclamação. O arremedo de instituições republicanas criado em seguida não era de molde a fortalecer a sociedade civil. [...] Nossa estrutura social, com a Abolição, com os primeiros inícios da ‘via prussiana’ no campo, começa a se tomar mais próxima da estrutura de uma sociedade capitalista ainda que continue atrasada e fortemente marcada por restos pré-capitalistas; novas classes e camadas sociais se apresentam no cenário político do País (COUTINHO, 2011, p. 22-23).

Talvez, e por isso mesmo, tal particularidade tenha provocado desdobramentos distintos do tipo de organização social proposta pelo liberalismo clássico (que se realiza a princípio, para o cidadão, indivíduo livre e proprietário), instituindo no Brasil, uma forma *sui generis* de ordenamento político, cuja dependência assume um caráter particular no processo de emancipação no País, com implicações desastrosas para a implantação de um capitalismo nacional, precedido por reformas “democrático-burguesas”.

No caso brasileiro como no dos outros países latino-americanos, a democracia liberal correspondia ao liberalismo oligárquico. Não por acaso a marca dominante do sistema político vigente entre 1930 e 1945 foi a ditadura autoritária, informal (Governo Provisório) ou formal (Estado Novo), cortada apenas pelos anos 1934-1937, em que as liberdades democráticas foram sendo suprimidas (FAUSTO, 1989, p. 23).

Este fato parece ter conduzido a um visível afastamento do liberalismo brasileiro em relação aos temas que estiveram no centro da reflexão dos clássicos. Questões como o direito, a lei, o poder, a cidadania e a democracia, não foram assimilados no seu suporte conceitual original, variando em alguns momentos para um sentido contrário àquele, ou convertendo-o à medida da forma desejável de convivência social, o que resultou no ecletismo como princípio filosófico preponderante até a segunda metade do século XIX. Talvez decorra daí, como diz Werneck Vianna (1976, p. 08), “[...] uma profunda mutilação na consciência liberal, que se esvazia do seu conteúdo substantivo, que emprestava consistência a seu discurso, para se transformar no formulário de como produzir e conservar a ordem e a estabilidade sociais”.

Encontraremos em Florestan Fernandes (1976), a chave de leitura explicativa sobre o padrão de dominação burguesa no Brasil, cujo caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista faz com em suas origens, a burguesia prefira se aliar às antigas classes dominantes e descarte qualquer possibilidade de um compromisso com os subalternos. Esse caráter reacionário decorre do fato da burguesia nacional se incorporar aos interesses das burguesias imperialistas, onde as alianças e o rearranjo entre a velha oligarquia e a burguesia industrial nascente, favorece a conciliação de seus interesses.

[...] As vantagens e privilégios estão na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente “abrissem” a ordem econômica, social e política, perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia (FERNANDES, 1976, p. 422).

Para garantir seu domínio, a burguesia cria uma série de estratégias de manutenção da ordem e do poder. Esse padrão de dominação austero, funciona como uma espécie de contrar-

revolução permanente, podendo ser utilizada de diversas maneiras de acordo com a conveniência ou o nível de exigência do momento histórico, constituindo, como identifica Florestan, um “padrão compósito de hegemonia burguesa”.

A burguesia aprendeu a usar globalmente as técnicas que lhe são apropriadas de luta de classes e ousou incorporar essas técnicas a uma gigantesca rede institucional, da empresa ao sindicato patronal, do Estado às organizações capitalistas continentais e de âmbito mundial. Enquanto o movimento socialista e o movimento comunista optaram por opções “táticas” e “defensivas”, a burguesia avançou estrategicamente, ao nível financeiro, estatal e militar, e procedeu a uma verdadeira revolução das técnicas de contrarrevolução. Inclusive, abriu novos espaços para si própria, explorando as funções de legitimação do Estado para amarrar as classes trabalhadoras à segurança da ordem e soldar sindicatos ou os partidos políticos aos destinos da democracia (FERNANDES, 1980, p. 84).

Ao analisar o período histórico que marcou a nova ordem política institucional no Brasil em 1988-89, Fernandes, chama a atenção para o caráter conciliatório/corporativista instituído pelas forças políticas interessados na abertura democrática, defendendo a ideia de que conformaram a “base política para uma transição conservadora” (FERNANDES, 1994, p. 121). Aponta que a dominação burguesa estava associada aos procedimentos autocráticos, enquanto resquícios do passado e inovação do presente, sobretudo porque naquele momento do país não havia constituição e expansão de procedimentos democráticos (GOMES; SOUZA, 2020).

A respeito das conquistas democráticas, que compõe a Constituição Cidadã de 1988, Florestan Fernandes ressalta que nem sequer “[...] ganham o sentido de reformas estruturais burguesas, propriamente ditas, pois resultam sempre de acordo, da conciliação” (FERNANDES, 1994, p. 157). Por essa via, prevaleceu a “democracia de cooptação” e a manutenção de um domínio autocrático no Estado por parte da burguesia brasileira.

Nesse sentido, interessa-nos destacar que a via à modernização democrático brasileira foi realizada por meio do atraso social, contraditoriamente reproduzido para formas mais avançadas, sedimentares e orgânicas. Nossa conjectura é que esse fenômeno decorre da característica da contrarrevolução burguesa no Brasil, da particularidade do “Estado Nação”, do caldo cultural disseminado pelas elites dominantes, da conformação das classes sociais em presença e da produção de consenso e coerção no exercício da hegemonia.

Já dissemos que é vastamente conhecida na literatura da formação social brasileira a complexidade do desenvolvimento capitalista no País e o real papel do Estado e das classes sociais no processo de emancipação política, que nos limites de um artigo não cabe explicitar. Contudo, se pudéssemos fazer uma rápida retrospectiva do correr dos acontecimentos, diríamos que na experiência do País há uma ausência de regras no tipo de regulação econômica, que Chico de Oliveira (1998) denomina de regulação *ad hoc*, marcada pelo predomínio das elites burguesas e de uma esfera pública estatal voltada para fortalecer os seus interesses e promover a expansão capitalista a qualquer custo:

A formação da sociedade brasileira, se a reconstituirmos pela interpretação de seus intelectuais ‘demiúrgicos’, a partir de Gilberto Freire, Caio Prado Jr., Machado de Assis, Celso Furtado e Florestan Fernandes, é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, interpretado por alguns com a categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia; em resumo de anulação da política, do dissenso (OLIVEIRA, 1987, p. 59).

Enquanto resquícios do passado e inovação do presente, a velha relação política se conserva através da aliança entre frações de classe da burguesia com as arcaicas oligarquias que

resistem no País, organizadas ao nível do Estado. E com isso, a dominação da classe burguesa se impõe, seja de forma autoritária ou democrática, constituindo a sua hegemonia baseada na sobreposição da força ao consenso nos âmbitos da sociedade civil e da sociedade política. É por assim dizer, tarefa do Estado desorganizar e absorver continuamente as lideranças das classes subalternas por meio de seus aparelhos burocráticos, impedindo-as de ter maior expressão democrática na política nacional.

Essa leitura nos auxilia na compreensão do desenvolvimento capitalista, operado continuamente contra o 'atraso' e sob estruturas de poder vinculados ao mando, ao coronelismo, ao nepotismo e episodicamente, mediante inspiração fascista. O caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista assumiu a forma de uma "modernização do arcaico" e de uma "arcaização do moderno" (SAMPAIO Jr., 2020).

O golpe de 2016 no marco da crise econômica brasileira

A despeito do Brasil ter conduzido e avançado ao longo dos anos 1990 à normatização da vida democrática no país; os mecanismos jurídicos e sócio-políticos criados, não foram suficientes para alterar a composição da dominação burguesa nacional e suas bases políticas com elementos ante-reformadores, que logo se adaptou ao novo padrão de dominação capitalista sob o neoliberalismo, recompondo assim, a velha estrutura de classes.

À vista disso, a crise que se aprofunda no Brasil hoje é mais um capítulo nefasto da história do país que não se esgotou em 2002 com a vitória do Presidente Lula. O reconhecimento das mudanças que foram processadas é inequívoco, mas o desdobramento da crise impulsionou as linhas de força entre o Estado e as frações de classe do bloco governante, traduzindo mutações dentro da ordem social dominante do capitalismo brasileiro. Essa argumentação se reforça com a constatação de que o ajuste neoliberal conduzido no país desde FHC (1994-2003) traduz um conjunto de perdas em grande escala para os trabalhadores e as suas organizações, que associado ao contexto mundial, representa a peleja do capital para enfrentar a acumulação nesse momento de seu desenvolvimento histórico.

Constata-se daí que a resposta à longa crise brasileira, através das medidas contraditórias adotadas pela economia política do Lulismo (2003-2016), colaboraram com a natureza débil da democracia no país, com o qual resulta incongruente pensar que, em um determinado lapso de tempo, a simples realização de políticas econômicas progressistas fosse capaz de reverter o estrago realizado e incidir sobre as questões fundamentais do capitalismo brasileiro, a despeito das boas intenções em seus conteúdos e critérios políticos.

A reflexão de José Luiz Fiori em *Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras* (1995) sobre o processo tardio de desenvolvimento do Brasil pela ótica da "via prussiana", desnuda as estruturas e dinamismos responsáveis pelo circuito fechado de um padrão de desenvolvimento capitalista incapaz de combinar acumulação de capital, democracia e soberania nacional. E sua atualidade, salvaguardadas as devidas particularidades, explica bem, o consenso forjado pelo Estado sob a direção do lulo-petismo.

O que fora um consenso inicial e compreensível, produzido pela euforia dos primeiros resultados, vai sendo substituído por um trabalho de eliminação ativa e consciente - pela via do cerceamento ou da distorção das informações - de toda a possibilidade de oposição. Neste quadro, o próprio dissenso, essencial à vida democrática, acaba sendo desqualificado como "catastrofismo" e vai se transformando, nesta guerra de sombras e expectativas [...], numa espécie de moderníssimo crime de "lesa-pátria" (FIORI, 1995, p. 198).

Um dos aspectos agudos das contradições do capitalismo brasileiro, refere-se ao forte controle hegemônico que exerce o capital estrangeiro sobre a burguesia nacional e que integrada ao aparato estatal, produz uma espécie de amalgama de interesses de diversas ordens entre as frações de classe dominantes. É de fato incontestável, que o Estado brasileiro, desde sempre, esteve a defender abertamente tais interesses e obrigado, por antagonismo, a enfren-

tar-se com as lutas e reivindicações dos trabalhadores, camponeses e movimentos sociais em geral.

No interregno da crise de 2008, o Estado brasileiro manteve a política macroeconômica neoliberal, como medida para manter a demanda agregada em um contexto de tensão. Contudo é importante considerar que as circunstâncias encontradas na última década pelos governos brasileiros na situação internacional foram esmagadoras. Influenciado pelo circuito das *commodities*, os registros indicam que houve melhora nos indicadores conjunturais da vulnerabilidade externa do país, afluindo um rápido ciclo de crescimento, que colapsou a partir de 2014. Começou a partir daí, a generalização mais forte do ajuste fiscal, especialmente quando o governo Rousseff (2010-2018), anunciou os cortes no orçamento federal em 2015, para um montante de R\$ 69,9 bilhões do orçamento geral da União, como justificativa para equilibrar as contas públicas e atender a meta de superávit primário de R\$55,3 bilhões para aquele ano².

O governo Rousseff estava comprometido com a aceleração do crescimento econômico e a distribuição de renda por meio do fortalecimento das políticas econômicas novo-desenvolvimentistas. No entanto, não havia nenhuma indicação de que o tripé neoliberal seria abandonado. Em vez disso, introduziu-se uma “nova matriz econômica” (NME) para apoiar suas políticas fiscais, cambiais e industriais. Nesse contexto, os principais objetivos do governo Rousseff eram incentivar o investimento privado e reverter a sobrevalorização do real, que havia trazido consequências adversas para o crescimento econômico em geral e para a indústria manufatureira em particular (SAAD FILHO, 2018, p. 169).

O fato é que para responder a crise, os governos Rousseff, seguiu aplicando a mesma política macroeconômica neoliberal imposta pelo fundo monetário internacional há décadas no Brasil, cujos reflexos incidiram não só no padrão de esgotamento do financiamento público para as políticas sociais ao longo das duas gestões, mas no endividamento do Estado, causando um enorme déficit de R\$ 6,711 bilhões, só no ano de 2014. No acumulado de 2014, o déficit primário subiu para R\$ 18,319 bilhões, o equivalente a 0,39% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o IPEA (2015)³. Nesse período, a estrutura tributária do país não foi alterada e o grande capital obteve muitos privilégios no contexto de crise. Mesmo com a expansão dos investimentos sociais através dos programas de transferência de renda, estes ainda eram insignificantes quando comparados com o valor direcionado para o pagamento de juro da dívida pública.

Segundo os dados da Auditoria Cidadã⁴, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões de reais (270 bilhões de dólares), com juros e amortizações da dívida pública apenas no ano de 2014, o que representou 45,11% do total de todo orçamento efetivamente executado no mesmo ano. Esse valor corresponde a doze vezes o que foi destinado à educação, onze vezes do gasto em saúde, ou mais que o dobro das despesas com a Previdência Social no período. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a maior parte da dívida pública do Brasil está nas mãos de instituições financeiras e fundos de investimento, com 46,3% dos títulos emitidos pelo governo⁵.

Não cabe dúvidas que o lulo-petismo produziu certos avanços, principalmente no que diz respeito a alguns ganhos reais para os trabalhadores e redução da pobreza absoluta, mas

2 Cf.: Notícia. Câmara dos Deputados. “Governo anuncia bloqueio de R\$ 69,9 bilhões no orçamento”. 22/05/2015-18h45. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/administracao-publica/488675-governo-anuncia-bloqueio-de-r-69,9-bilhoes-no-orcamento.html>. Acesso em: 12 jun. 2020.

3 Cf.: IPEA. Carta de Conjuntura, n.27. Jun.2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/carta_de_conjuntura_27.pdf. Acesso em 08 jul. 2020.

4 Cf.: “Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado”. Auditoria Cidadã, 05 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/06/20/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>. Acesso em 16 de out. 2020.

5 Cf.: Sales, T. Vulnerabilidade Externa ao Longo dos Governos FHC e Lula. Dissertação de mestrado, PEPI, IE-UFRJ, 2012.

também é incontestável que não alterou os altos índices de desigualdade produzidos no país. Sua política econômica foi incapaz de “transformar a pobreza em classe” (OLIVEIRA, 2018). Ademais, poiado no colaboracionismo entre burguesia nacional e internacional, levou a cabo às contrarreformas do trabalho (CLT, sindical e previdenciária)⁶, implantando sem medidas o ajuste fundomontetarista. E desprovido da luta anti-imperialista acabou se tornando uma esquerda para o capital (COELHO, 2012).

A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista”, o apoio das forças políticas populares e de esquerda (PRADO JR., 1978, p. 121).

Não é casual, portanto, que a luta de classes no Brasil precipitou-se aos preceitos malogrados do programa de conciliação, que foi incapaz de equalizar as diferenças socioeconômicas abissais, pelas quais a efetivação de direitos sociais reclamava no país. Incidem dessa contradição, as diversas lutas que se irromperam entre 2001-2013 com uma sucessão de greves de trabalhadores e levante dos operários da construção civil da hidrelétrica de Jirau ocorrida em março de 2011, sendo seguidos em 2013, pelos operários das hidrelétricas de Santo Antônio e Belo Monte. Sem contar as greves operárias, não menos importantes, que ocorreram no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, no Complexo Industrial Petroquímico de Suape em Pernambuco⁷ e na construção da Usina Termoelétrica do Pecém Ceará (BRAGA, 2012)⁸. Além dos operários da construção civil, também os bombeiros, os policiais e professores, protagonizaram uma série de mobilizações e greves nos estados e municípios entre 2011-2012. Sem falar do movimento estudantil que, no mesmo período, realizou uma onda nacional de ocupações de reitorias⁹.

Ao fim e a cabo, em 2013 decantou-se no terreno político o levante das massas com as Jornadas de Junho¹⁰; resultado do confronto antagônico da suposta “nova classe média” e do hipotético “neodesenvolvimentismo” do lulo-petismo e suas megas estruturas (PAC, Copa do mundo, entre outros), com uma nova geração do proletariado urbano, empregados e subempregados em trabalhos precários e/ou desempregados. Terminantemente, o país foi sacudido pela emergência de uma mobilização social como não se via há décadas.

Em primeiro lugar as manifestações expressam um descontentamento que germinava e que era alimentado pela ação que queria negá-lo, isto é, pela arrogância de um discurso oficial que insistia em afirmar que tudo ia bem: a economia estava bem, não porque garantia a produção e reprodução da vida, mas porque permitia a reprodução do capital com taxas de lucros aceitáveis, o Brasil escapara do pior da crise internacional a golpes de pesados subsídios às empresas monopolistas, a inflação estava “dentro da meta”, o Brasil recebia eventos esportivos e se transformava em um canteiro de obras, os trabalhadores apassivados e suas

6 Cf.: Gelsom Rozentino de Almeida. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a Reforma Sindical. Rev. Katá. Florianópolis, v. 10 n.1 p.54-64 jan./jun. 2007. Disponível em file:///D:/Meus%20arquivos/Downloads/Dialnet-OGovernoLulaOForumNacionalDoTrabalhoEAR ReformaSindi-2925432.pdf. Acesso em 21 set. 2020.

7 Cf.: Notícias - 09/08/2012. Greve em Suape: PSTU responde às acusações da direção do SINTAPAV. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/greve-em-suape-pstu-responde-as-acusacoes-da-direcao-do-sintapav-pe/>. Acesso em: 31 jun. 2020.

8 Cf.: Ruy Braga. A política do Precariado. São Paulo, Boitempo, 2012.

9 Cf.: Estudantes da USP ocupam reitoria e querem PM fora do campus. Boletim/UNE/01/11/2011.. Disponível em: <https://une.org.br/2011/11/estudantes-da-usp-ocupam-reitoria-e-querem-pm-fora-do-campus/>. Acesso em: 30 out. 2020.

10 Cf.: Jornadas de Junho – A revolta popular em debate (org.) Plínio A. Sampaio. Instituto Caio Prado Jr., 2014.

entidades amortecidas pelo transformismo e pela democracia de cooptação se rendiam ao consumo via endividamento, o governo se regozijava com índices de aceitação que pareciam sólidos (IASI, 2013,s/p.)¹¹.

A partir daí as lutas e greves da classe trabalhadora tiveram continuidade em um novo marco, não mais como prefiguração de uma explosão espontânea das massas, mas como continuidade de uma importante mudança na correlação de forças entre as classes. As paralisações de 11 de julho e 30 de agosto de 2013 tiveram característica de greves nacionais¹². Típica ação de classe organizada pelos sindicatos que paralisou os locais de trabalho, a produção, a circulação de mercadorias e a realização de serviços. Embora distintos em sua natureza, base social, forma organizativa e objetivos, ambas tiveram vasta conotação política e sobrepuseram-se ao *establishment* do lulo-petismo, que foi dilucidado pela crise do capitalismo periférico brasileiro e a ofensiva burguesa imperialista (GOMES, 2020).

Todavia, o avanço da crise alterou a situação política no Brasil, fazendo com que o segundo mandato de Rousseff fosse bastante diferente daquela com a qual se deparou o presidente Lula. Com efeito, as modificações nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro foram mais contundentes nesse período. Diante do argumento de que era preciso fazer mudanças estruturais, passou a crescer a grita de analistas econômicos e políticos por um pacote de medidas e ajuste ortodoxo neoliberal em defesa dos monopólios e contra os direitos dos trabalhadores e as pautas democráticas.

Após o episódio do *impeachment* de Rousseff em 2016 o resultado do ajuste não poderia ser mais desastroso e as consequências incalculavelmente tão perversas. Todos os índices registraram aumento do desemprego, redução de postos de trabalho, encolhimento dos empregos no setor formal, jogando milhões de trabalhadores para a informalidade, altas nas taxas de juros, corte nos gastos em seguridade pública e nas políticas sociais de um modo geral, flexibilizando direitos e depauperando a ínfima rede de proteção social que havia no país.

Não é, portanto, ocasional que a partir de 2016 a conjuntura de crise altere o cenário político no país e indique uma ruptura. A crise se acelera e promove uma inflexão na economia política do último decênio ao demonstrar que a “mágica” do projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, se exauriu com o fim do ciclo das *commodities* e a perda do *establishment* do lulo-petismo.

Resulta que a celeridade da crise e a complexidade da polarização política e posições assumidas pelo lulo-petismo, que se prestou a uma acomodação amorfa e adaptação à blindagem do pemedebismo (Nobre, 2012), radicalizada com o escândalo do mensalão em 2005, a um só tempo, travou o aprofundamento da democracia brasileira, favoreceu sua capitulação ideológica e a ascensão da direita.

Nesse sentido, os acontecimentos dramáticos na conjuntura do país em 2016 demonstraram em “alto e bom som” que o lulo-petismo não pôde livrar-se do pemedebismo e não quis realizar uma profunda reforma democrática do regime político brasileiro. Ao contrário, Lula e Rousseff “estatizaram”, por assim dizer, as principais organizações dos movimentos sociais que, desde o fim da ditadura militar, haviam se construído como depositárias das reivindicações democráticas, econômicas e sociais do proletariado e dos movimentos estudantil, popular e sem-terra, contra todos os governos de turno, de José Sarney a Fernando Henrique Cardoso. Criou-se uma espécie de “mal-estar” no governo de conciliação petista, qualquer possibilidade de resistência popular, apontando para uma estratégia de preservação das instituições democráticas, numa crença de que a luta institucional pudesse substituir a luta social.

A construção da democracia, a conquista de direitos e a ampliação da cidadania pelos movimentos sociais (incluindo também parcela significativa do movimento sindical) esbarram

11 Cf.: Iasi, M. Pode ser a gota d'água: enfrentar a direita avançando a luta socialista. Blog da Boitempo, publicado em 26/06/2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

12 Cf.: Centrais Sindicais testam Dilma com paralisação nacional. BBC Brasil, 11/07/2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130711_paralisacao_trabalhadores_lgb. Acesso em: 21 set. 2019.

em sérios limites. [...] ocorre um deslocamento de sentido das noções de sociedade civil, participação e cidadania que corrompem o seu significado original no projeto democrático popular e reduzem, na prática, o espaço político e democrático da sociedade (ALMEIDA, 2018, s/p)¹³.

Esse reformismo fraco (SINGER, 2012), instaurado no Brasil nos últimos anos, acabou por despolitizar-se em relação a si mesmo. Tratou-se de um reformismo incapaz de se completar e de se desdobrar em resultados democráticos expressivos. Nesse sentido, as eleições de 2014 apareceram como um momento de articulação política das forças de classe em presença, jogando um papel importante na adequação tática aos problemas colocados pela situação de crise. Nem é preciso muito esforço para explicar que a consequência dessa opção política representou uma poderosa camisa de força ao lulo-petismo, que os atou dos pés a cabeça. O que de certa maneira, vai explicar, em primeira instância, porque as jornadas de junho passaram completamente por fora dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais organizados. E num segundo momento, o sentido do golpe em 2016. O que nos faz a contrapelo reconhecer, que ao invés de conduzir o país a um regime democrático popular consolidado como estrategicamente defendia, o lulo-petismo condenou-se como inspiração social e alternativa para os trabalhadores.

O golpe de 2016 foi tramado nesse contexto em que os dividendos econômicos já não davam para todos os segmentos de classe. O “nacionalismo burguês” cedeu espaço à “ditadura preventiva de classe”. Porém, a nova autocracia burguesa não consegue se legitimar facilmente pela força, tampouco está aberta a qualquer negociação com a “classe dos outros” (BARBOSA, 2018, s/p)¹⁴.

Essa leitura nos permite arriscar dizer, que a *contrarrevolução preventiva* (FERNANDES, 1976), como característica da formação social brasileira se impôs novamente em 2016, resultado das formas mais avançadas e orgânicas da conciliação de classes conduzida pelo lulo-petismo, o que demonstra não só a grande fragilidade da projeto democrático popular, mas as debilidades organizativas e autônomas da classe trabalhadora no País nesse período.

A contrarrevolução permanente consubstanciou-se na constituição de um Estado autocrático-burguês – uma democracia de cooptação que restringe o acesso ao poder estatal aos interesses da plutocracia – que nega toda cidadania ao trabalhador. Qualquer que seja a forma específica do regime político – uma ditadura militar aberta ou uma democracia institucional autoritária –, o poder tornou-se hermético às demandas das classes populares. Controlado monoliticamente pelas classes dominantes, o Estado ficou completamente destituído da capacidade de realizar reformas de caráter democratizante e nacionalista, transformando-se irremediavelmente em guardião de privilégios aberrantes e de mecanismos de autoprivilegiamento. O espaço de mudança “dentro da ordem” tornou-se mínimo e as pressões de mudança “contra a ordem” passaram a ser respondidas com reações violentas (SAMPAIO Jr., 2020, s/p)¹⁵.

13 Cf.: Gerson Rosentino de Almeida. O Golpe de 2016 e a autocracia no Brasil. Anais - XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio. Encontro Internacional, 23 a 27 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares#G>. Acesso em: 22 de dez. 2020.

14 Cf.: Le Monde Diplomatique Brasil. O golpe de 2016 e o mar agitado da História. por Alexandre de Freitas Barbosa. Edição - 129 | Brasil, 3 de abril de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-golpe-de-2016-e-o-mar-agitado-da-historia/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

15 Cf.: Plínio de Arruda Sampaio Jr. A atualidade de Florestan Fernandes. Coluna 23 de jul. 2020. Contrapoder. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/a-atualidade-de-florestan-fernandes/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Desse modo, entender a histórica instabilidade democrática brasileira, passa por reconhecer que a nova ordem inaugurada em 1985 não pôde resolver o problema da desigualdade e dos antagonismos que constituem a questão democrática, com o legado de exploração da classe trabalhadora no País. E ainda que a experiência do projeto democrático popular tenha se comprometido com um avanço social sem precedentes com os subalternos, contraditoriamente, rebaixou seu programa em relação aos interesses da classe trabalhadora, para ampliar as alianças com frações de classe da burguesia, o que implicou uma moderação tática aos ritos da democracia liberal, que “[...] só vigoram dentro de limites estreitos, vinculados à permanência de uma sociedade altamente hierarquizada e desigual e de nossa posição periférica na divisão mundial do trabalho” (MIGUEL, 2016, p. 32-33).

A indicação do conceito de ‘via prussiana’ e ‘modernização conservadora’ de Prado Junior, segundo a qual é possível observar o desenvolvimento do Brasil como desigual e combinado, também reforça a importância da reflexão sobre as terríveis contradições da sociedade brasileira, supostamente “moderna” e “democrática”.

Caio Prado notou que o que marca países como o nosso, que estão entre a civilização e a barbárie e que não são, portanto, nem Oriente nem Ocidente, é esse convívio promíscuo entre o moderno e o arcaico, que se explica pela forma como o moderno se utiliza aqui do arcaico (RICUPERO, 2000, p. 235).

Nesse sentido, ao manter a velha relação política, que se conservou através das profícuas alianças entre frações de classe da burguesia financeira com as arcaicas oligarquias que resistem no País, o modo de regulação lulista, desafortunadamente, fez com que, a hegemonia da burguesia pró-imperialista se infligisse no golpe de 2016 de forma arbitrária, canalizada por um pacto pelo alto e acordos acima dos interesses da sociedade civil e da sociedade política. Os desdobramentos acabaram se reverberando em práticas e medidas antinacionais e antipopulares necessários à conjuntura de crise no País.

Ainda que com limitações e contradições, a ordem balizada pela Constituição de 1988 garantia a vigência das instituições mínimas da democracia liberal: o voto popular como meio necessário para a obtenção do poder político e o império da lei. A derrubada da presidente Dilma, mediante um processo ilegal, sinalizou que tais institutos deixaram de operar e, por consequência, o sistema político em vigor no país não pode mais receber o título de ‘democracia’ – mesmo na compreensão menos exigente da palavra (MIGUEL, 2016, p. 29).

Portanto, a crise que se abre, reflete consequências políticas e eleitorais, que atestam que o caminho brasileiro para a democracia, está cada vez mais fidedignamente representado pelo *padrão de dominação burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1976) no marco de um liberalismo sem qualquer posicionamento democrático.

O avanço que se processa nessa reflexão é inequívoco, sobretudo quando fazemos menção a formação social brasileira e o caráter irremissível e inconcluso da emancipação política, que se configura pelo privilégio da classe dominante promovidos por viesses tendentes pela incorporação, corrupção ideológica, neutralização política e cooptação, como meios de impedir a incidência das forças populares nos processos democráticos de decisão política.

Isso nos leva a rever alguns aspectos desprezíveis sobre o Estado no Brasil e suas formas de governo, que obstante ter transitado da autocracia ditatorial ao Estado democrático de direito, soube “combinar, aprimorar e fortalecer tanto os aspectos de busca de formação de consenso momentâneos, como os instrumentos antigos e novos de coerção” (IASI, 2019, p. 421). O que demonstra mais do que nunca, sua capacidade transformista para efetivar a dominação, realizada em um processo contínuo de passivização da ordem.

Em larga medida, foram visíveis nos últimos mandados do projeto democrático popular no Brasil, diversas situações com elementos bonapartistas¹⁶ com a expansão dos aparelhos coercitivos (forças armadas, polícia e judiciário) e por uma etapa de criminalização da pobreza e de militarização das expressões da questão social, cujas implicações diretas em sua condição democrática, reverberou-se no golpe de 2016. O processo da operação lava-jato no Brasil é o exemplo mais nítido do aperfeiçoamento de tais aparelhos coercitivos, que foram capturados pela direita após os levantes de junho de 2013, a qual articulou claramente para seu êxito, a mídia, o poder judiciário e o parlamento, cujas ideologias se apresentaram como vontade geral.

O crescimento da direita é impulsionado pelas inconsistências e contradições do governo Dilma, pela desmoralização da ideia do que é “ser de esquerda” em consequência das barganhas e ataques perpetuados por estes governos e também em virtude de sua opção pela afirmação da ordem através da imposição de uma escalada repressiva, particularmente intensa depois de junho de 2013 (CALIL, p. 214).

Nesse sentido, por um lado é bem verdade, que não se pode falar de um processo de direitização sem apontar para a direção de um projeto revestido de autoritarismo de determinadas frações de classe, que agora se juntam ao bloco de poder neoliberal para travar uma batalha frente aos projetos denominados democráticos populares na América Latina. A derrota dos governos pós-neoliberais expressam também a derrota dos governos democrático-populares, visíveis no caso brasileiro a partir das eleições de 2014 (GOMES; ROJAS, 2017).

Em termos mais concretos, a realidade parece confirmar a contundente análise do grande sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes, sobre as chamadas “tarefas democráticas em atraso”. E o caminho inverso percorrido pelo lulo-petismo no sentido da estratégia democrática-popular, nos parece muito esclarecedor sobre os acontecimentos na conjuntura de crise no Brasil que interpelaram o golpe de 2016.

A democracia de cooptação, genialmente antecipada por Florestan, mas por ele descartada como possibilidade, não veio da autorreforma da autocracia, mas, inesperadamente, do desenvolvimento da estratégia democrática popular madura que desloca para o governo um setor que emerge da classe trabalhadora e dela se afasta para negociar em seu nome o pacto que acaba por resolver os problemas de hegemonia que faltava à consolidação do poder burguês no Brasil. Querendo evitar os equívocos de um socialismo sem democracia, o PT acaba por implementar o pesadelo de uma burocracia sem socialismo (IASI, 2012, p. 316).

Não resta dúvida de que a conjuntura econômica mundial revela que há uma crise política, que não se resume apenas às disputas entre a direita conservadora e a esquerda progressista, os quais se expressam no fracasso das polaridades entre projetos “democráticos” com suas oposições à direita. O avanço da direita conservadora, que aprofunda a cada dia, sua aliança com o projeto neoliberal, evidencia que a tentativa de uma democratização sem ruptura com o Estado no marco de um programa democrático popular, se esgotou nos limites estruturais das possibilidades de ação política com a governabilidade do Estado burguês (GOMES; ROJAS, 2017).

Em última instância, se observa que os efeitos da crise em escala mundial, assinalam as limitações das economias imperialistas em manter sob controle as taxas de crescimento e rentabilidade, capazes de garantir um ritmo de acumulação ascendente, expansivo e concentrado desde os idos de 1970. Nem mesmo a resposta à crise pelas frações de classe do capital imperialista, através de duas décadas de ajuste neoliberal e batalha do capital pela expropria-

16 Cf.: ANTUNES, Jadir. Marx e a noção de Bonapartismo. *Kalagatos – Revista de Filosofia*. Fortaleza, CE, v.8, n.15. Inverno, 2011.

ção/desvalorização da força de trabalho, foram suficientes para garantir um longo período de recuperação e crescimento. Ao contrário, os dados atestam que entre 2003-2008 chegou-se ao fim uma fase expansiva das taxas de lucro da economia mundial.

Isso explica a necessidade cada vez maior de desvalorização e exploração da força de trabalho e a total destruição dos direitos e garantias sociais, resultado das conquistas democráticas e das lutas dos trabalhadores no último século, implicando uma regressão social sem precedentes.

Essas determinações sócio históricas reproduzem e aprofundam a dependência e a crise no Brasil com o golpe de 2016, fazendo avançar a hegemonia das frações de classe da burguesia imperialista nacional, que na sua atual condição dirigente “[...] redesenha os vetores subsidiários da sua dominação com o concurso de formas democráticas restritas” (NETTO, 1986, p. 21).

Considerações Finais

Uma leitura atenta do pensamento social brasileiro nos permitiu identificar o conjunto de determinações que se interpôs na sua formação social e a particularidade com a dinâmica do capitalismo mundial.

Como se depreende do que foi tratado aqui, observarmos que no período de formação do capitalismo brasileiro é recorrente o processo de constante inovação-conservação no âmbito político e econômico. A prática capitalista é clara e prossegue o padrão histórico de uma sociedade controlada pela burguesia. Nesse sentido, a transição lenta e gradual para a democracia no país [democracia de cooptação] “não modificou sua essência: uma plutocracia associada ao imperialismo. É o que explica a absoluta incapacidade da Constituição de 1988 de sair do papel e cumprir suas promessas cidadãs” (CONTRAPODER, 2021)¹⁷

No artigo, procuramos demonstrar que é a persistência do circuito desigual e combinado do capitalismo dependente brasileiro, que explica o déficit de legitimidade democrática que condiciona a crise terminal da Nova República. Por um lado, os resquícios das velhas oligarquias agrárias conservam-se e se atualizam pela conciliação com a burguesia industrial; por outro lado, as forças produtivas se modernizam com o processo de financeirização, combinando-se formas arcaicas e modernas de espoliação dos trabalhadores. Na remissão desse processo, a herança conservadora e antidemocrática do país é o tempo todo repostada pela burguesia e suas frações de classe, o que demonstra o caráter inconcluso e restrito da democracia brasileira.

Com clareza da complexidade dos aspectos, arriscamos indicar que o golpe de 2016 no Brasil, levou anos para ser desferido, sob as determinações já indicadas anteriormente; culminando com o esgotamento do projeto democrático popular, de base operária e hegemonizada pelas frações burguesas vinculadas ao capital financeiro nacional e internacional e às grandes burguesias internas brasileiras.

Concluimos, que o desfecho do golpe de 2016, de caráter preventivo do Estado brasileiro, atesta que a sua condição dependente na economia mundial, avança na crise e se sustenta no plano histórico concreto da Larga Depresión (Michael Roberts, 2016) do capitalismo imperialista em sua etapa atual e, o padrão de dominação, continua funcionando como uma contrarrevolução permanente, impedindo toda e qualquer possibilidade de transformação social.

Ao fim e a cabo, as manifestações polarizadas na Eleição Presidencial em 2018 com a criminalização da esquerda é exemplo da luta de classes no país. Isso não é uma questão menor e refletem processos sociais abertos.

Referencias

ALIAGA, L. Gramsci e a critica a teoría das elites. **Revista Crítica Marxista**, n. 42. São Paulo, p. 26-42, 2016.

ANTUNES, Jadir. Marx e a noção de Bonapartismo. **Kalagatos** – Revista de Filosofia. Fortaleza,

¹⁷ Cf.: CONTRAPODER. Quem ganha com a frente ampla? Editorial. 1 de fev. 2021. Disponível em: <https://contrapoder.net/editorial/quem-ganha-com-a-frente-ampla/>. Acesso em: 1 de fev. 2021.

CE, v.8, n.15. Inverno, 2011.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O golpe de 2016 e o mar agitado da História. **Le Monde Diplomatic Brasil**, Edição - 129 | Brasil, 3 de abril de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-golpe-de-2016-e-o-mar-agitado-da-historia/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado**. São Paulo, Boitempo, 2012.

CÂMARA dos Deputados. **Governo anuncia bloqueio de R\$ 69,9 bilhões no orçamento**. Notícia em 22 mai. 2015. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/administracao-publica/488675-governo-anuncia-bloqueio-de-r\\$-69,9-bilhoes-no-orcamento.html](https://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/administracao-publica/488675-governo-anuncia-bloqueio-de-r$-69,9-bilhoes-no-orcamento.html). Acesso em: 12 jun. 2020.

CALIL, Gilberto. Estado, capitalismo e democracia no Brasil recente. In: **Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo**. Organização de Carla L. Silva, Gilberto Calil, Marcio A. Both da Silva. Porto Alegre, FCM editora., 2016, 250p. Disponível em: <https://grupohistoriae poder.com.br/wpcontent/uploads/2019/12/dittrandem.pdf#page=203>. Acesso em: 21 dez. 2020.

CEVASCO M. E. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do lulismo - A que ponto chegamos**. São Paulo: Boitempo, 2016.

CONTRAPODER. Quem ganha com a frente ampla? **Editorial**. 1 de fev. 2021. Disponível em: <https://contrapoder.net/editorial/quem-ganha-com-a-frente-ampla/>. Acesso em: 1 de fev. 2021.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. São Paulo, Xamã, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideais e formas**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FATORELLI, M. L. Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado". **Auditoria Cidadã**, 05 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/06/20/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>. Acesso em: 16 de out. 2020.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 12. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

FERNANDES, F. **Democracia e desenvolvimento: a transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista da Era Atual**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo, Hucitec, 1980.

FIORI José Luiz. Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras: Leitura política de uma industrialização Tardia. In: **Em Busca do Dissenso Perdido**, São Paulo INsight Editorial, 1995.

GERSON, R. de Almeida. O Golpe de 2016 e a autocracia no Brasil. **Anais - XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio**, 23 a 27 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares#G>. Acesso em: 22 de dez. 2020.

GOMES, Cláudia. M. C. (org.). **A crise e os limites históricos do capitalismo: o lugar das políticas sociais no torvelinho da crise brasileira**. Curitiba, Appris, 2020.

_____. ; SOUZA, Ana Karoline N. A inovação-restauração das formas democrático-burguesas como característica da revolução passiva no Brasil. **R. Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 298-308, maio/ago. 2020.

_____. ; O choque neoliberal e o padrão de hegemonia burguesa do lulo-petismo. **R. Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 86-95, jan./abr. 2018.

_____. ; ROJAS, Gonzalo. Crise orgânica, governos e seus impactos na América Latina. **EM PAUTA**, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2017 - n. 39, v. 15, p. 17 – 32.

IANNI, Octavio. A dialética da história. In: **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. (Org.). Maria Ângela D'Incao. São Paulo, Unesp/Brasiliense, 1989.

IASI, M. Cinco Teses sobre a formação social brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282019000300417&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 21 out. 2020.

IASI, Mauro Luis. Pode ser a gota d'água: enfrentar a direita avançando a luta socialista. **Blog da Boitempo**, publicado em 26/06/2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

_____. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: **Financeirização, fundo público e política social** / Evilasio Salvador...[et al.] (orgs.). São Paulo. Cortez, 2012, p. 285 – 317.

IPEA. **Carta de Conjuntura**, n.27. Jun.2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/carta_de_conjuntura_27.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.

JAGUARIBE, H. Política ideológica e política de clientela. **Jornal do Comércio**, São Paulo de 14/5/1950 e em *Digesto Econômico*, v. 6, n. 68, p. 41-62.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: **Porque gritamos golpe?** JINKINGS [et ali]. São Paulo, Boitempo, 2016.

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *O Serviço Social no séc. XXI*. **Serv. Soc. Soc.** n. 50. São Paulo, Cortez, abril de 1996, p. 87- 132.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Francisco [et ali]. **Hegemonia às Avessas**. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: Globalização e Neoliberalismo na América Latina. Praga: **Revista de Estudos marxistas**, São Paulo, n. 4, p. 31-42, dez. 1997.

PEREZ, Davi Machado. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 28-44, jan./jun. 2019. Disponível em: <file:///Users/claudia/Downloads/24232-Text>

to%20do%20artigo-78911-1-10-20191006.pdf. Acesso em: 27 dez. 2020.

PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo, editora 34, 2000.

ROBERTS, Michael. **La Larga Depresión: Cómo ocurrió, por qué ocurrió y que ocurrirá a continuación**. El Viejo Topo, Barcelona, 2017.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brasil: **Neoliberalismo versus Democracia**. São Paulo, Boitempo, 2018.

SAMPAIO JR., Plínio A. A atualidade de Florestan Fernandes. Coluna 23 de jul. 2020. **CONTRA-PODER**. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/a-atualidade-de-florestan-fernandes/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

_____. Jornadas de Junho: **A revolta popular em debate** (org.) Instituto Caio Prado Jr., São Paulo, 2014.

STAMPA, Inez. Prefácio. In: **Em Busca do Consenso: Radicalidade democrática e afirmação de Direitos**. GOMES, C.M.C. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

STEPAN, A. **Democratizando o Brasil**. Paz e Terra, 1988, p.12-13.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1976

Recebido em 15 de julho de 2021.

Aceito em 25 de agosto de 2021.